

Transição desenvolvimental vivenciada por adolescentes em privação de liberdade

Developmental transition experienced by liberty-deprived adolescents

Transición de desarrollo que viven los adolescentes privados de libertad

Camila Aparecida de Oliveira Alves¹ ; Laís de Miranda Crispim Costa¹ ; Jéssica Maria de Oliveira Silva¹ 
Heloísa Wanessa Araújo Tigre¹ ; Ana Flávia Silva Lima¹ ; Ingrid Martins Leite Lúcio¹ 
Thereza Maria Magalhães Moreira¹ ; Jovânia Marques de Oliveira e Silva¹ 

¹Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL, Brasil; ²Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

Objetivo: analisar as transições vivenciadas por adolescentes em privação de liberdade. **Método:** trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, pautado no referencial teórico de Afaf Meleis, realizado em uma Unidade de Internação Feminina, com adolescentes do sexo feminino em uma capital do Nordeste Brasileiro. A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2023 a janeiro de 2024, após a autorização da instituição e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** neste estudo foi realizada a observação participante e grupo de discussão com sete adolescentes, identificando e discutindo a transição do tipo organizacional. **Conclusão:** a transição é uma área de atenção dos enfermeiros quando interfere com a saúde ou quando a resposta à transição é mediada por comportamentos que se relacionam com a saúde.

Descritores: Teoria de Enfermagem; Pessoa Privada de Liberdade; Adolescente; Desenvolvimento.

ABSTRACT

Objective: to analyze the transition processes experienced by liberty-deprived adolescents. **Method:** this is a descriptive qualitative study based on the theoretical framework developed by Afaf Meleis, conducted with female adolescents at a female juvenile detention center in a capital city in northeastern Brazil. Data collection was conducted between September 2023 and January 2024 following authorization from the institution and approval from the Research Ethics Committee. **Results:** this study utilized participant observation and a discussion group consisting of seven adolescents to identify and analyze organizational transitions. **Conclusion:** transitions are a central focus for nurses especially when they affect health outcomes or are influenced by health-related behaviors during the transition process.

Descriptors: Nursing Theory; Prisoners; Adolescent; Growth and Development.

RESUMEN

Objetivo: analizar las transiciones que experimentan los adolescentes privados de libertad. **Método:** se trata de un estudio descriptivo de carácter cualitativo, basado en el marco teórico de Afaf Meleis, realizado en una Unidad de Internación Femenina, con adolescentes del sexo femenino, de una capital del Nordeste de Brasil. La recolección de datos se llevó a cabo entre septiembre de 2023 y enero de 2024, con autorización previa de la institución y aprobación del Comité de Ética en Investigación. **Resultados:** en este estudio se realizó observación participante y grupo de discusión con siete adolescentes, se identificó y discutió la transición del tipo organizacional. **Conclusión:** la transición es un área de atención que le compete a los enfermeros cuando afecta la salud o cuando la respuesta a la transición está mediada por conductas que se relacionan con la salud.

Descriptores: Teoría de Enfermería; Prisioneros; Adolescente; Crecimiento y Desarrollo.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata de transições vivenciadas por adolescentes em privação de liberdade. A palavra transição refere a trânsito, ir de um lugar para o outro, tomar tratamento; para mudar é necessário realizar uma transição¹. No tocante a vida humana, várias transições são vivenciadas desde o nascer e em diversas situações cotidianas, seja a mudança de fases como da infância para adolescência e vida adulta, sejam as mudanças de locais, status, novos começos e ciclos².

Segundo a lei Nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), a adolescência é demarcada pela idade entre doze e dezoito anos e este grupo etário goza de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, social e em condições de dignidade e liberdade³.

A transição da adolescência para a vida adulta é identificada pelos novos modos de lidar com as situações em que emergem aspectos interpessoais, inclusive no âmbito profissional; as situações que surgem nesse processo de transição podem interferir no comportamento do jovem e está ligado ao seu contexto social⁴. Atualmente o adolescente

tem vivenciado as adversidades e complexidades do mundo moderno, retratadas pela violência e criminalidade que perpassa o meio social. Os índices da criminalidade por adolescentes atingem índices elevados e instigam a necessidade de políticas educativas que sejam eficazes⁵. Ainda segundo o ECA, a responsabilização dos adolescentes sobre ato infracional se dá através da aplicação de medidas socioeducativas, onde o princípio básico é a função pedagógica, com o objetivo de reeducar e ressocializar esse público⁶.

Dados da literatura científica apontam que adolescentes não expostos à criminalidade e à privação de liberdade geralmente retratam um processo de transição mais saudável, com redes de apoio consolidadas e melhores oportunidades para desenvolver experiências de autocuidado. Nesse sentido, a construção de um futuro mais positivo, com acesso a melhores recursos e à educação, contribui para o desenvolvimento pessoal e a possibilidade de diferentes perspectivas na vida adulta⁷.

A privação de liberdade refere-se à restrição da independência e da capacidade de decisão de um indivíduo estabelecida pela lei. Essa privação no contexto da adolescência tem o objetivo de promover a reparação do ato infracional, todavia, abortando a ideia de punição e implementando uma abordagem de caráter educativo⁸. Nesse âmbito é importante destacar o trabalho em saúde enquanto ferramenta de cuidado a esses adolescentes, cuja perspectiva é promover discussões sobre os aspectos do cuidado a partir de um olhar ampliado sobre as diversas condições que interferem no processo de saúde-doença⁹.

Assim, o cuidado de enfermagem é fundamental para promover uma assistência integral, humanizada e de acordo com as necessidades desse público específico, ofertando ações interventivas, visto que seu enfoque é a assistência direta e integral à saúde em todos os momentos da vida do ser humano¹⁰.

Diante deste contexto, esse estudo tem como objetivo analisar transições vivenciadas por adolescentes em privação de liberdade e visa responder a seguinte questão norteadora: Quais transições são experienciadas por adolescentes em privação de liberdade?

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, à luz do referencial teórico de Afaf Meleis, realizado em uma Unidade de Internação Feminina – UIF, que acolhe adolescentes na faixa etária de 12 a 21 anos, com sentença definida ou não, em uma capital do Nordeste brasileiro. A escolha do local se deu pelo fato de ser a única unidade da cidade que acolhe adolescentes do sexo feminino que cometeu ato infracional. Teve como critério de inclusão ser adolescente do sexo feminino em privação de liberdade há no mínimo 01 mês e de exclusão estar impossibilitada de participar da pesquisa no momento da coleta dados.

A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2023 a janeiro de 2024, após a autorização da instituição e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, com CAAE de número 66204222.2.0000.5013 pela universidade proponente.

A pesquisa respeitou os aspectos éticos da Resolução de Nº 466, de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que preza pela dignidade humana e especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, expressada por meio dos princípios fundamentais da beneficência, não maleficência, justiça, equidade e autonomia, considerando a vontade dos indivíduos em contribuir e permanecerem ou não na pesquisa mediante a explicação e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – documento elaborado para menores ou igualmente incapazes, com linguagem acessível – ou do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para as maiores de 18 anos.

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de Observação Participante e o grupo de discussão. A junção das duas técnicas objetivou apreender um maior número de informações. A observação participante permite ao pesquisador a aproximação com o cenário da pesquisa e sua imersão como pertencente ao contexto pesquisado¹¹ e, portanto, possibilitou conhecer o cenário da pesquisa, a rotina da instituição, normas e regras, o dia a dia das adolescentes, bem como contribuiu para facilitar a aproximação com as participantes e os funcionários da UIF. Para registro dos principais acontecimentos vivenciados foi utilizado um diário de campo.

Por sua vez, o grupo de discussão configurou-se como uma modalidade de entrevista grupal que promove a participação ativa dos participantes na pesquisa, permitindo que as pessoas expressem suas opiniões e ações relacionadas ao contexto de vida em que estão inseridos¹². O grupo foi conduzido por meio de dinâmicas que pudessem aproximar as participantes da equipe pesquisadora. Foram realizados dois encontros com o grupo de discussão. Com o consentimento das participantes, utilizou-se um gravador de voz para registrar as falas, que, posteriormente, foram transcritas. As participantes foram codificadas pela letra ‘P’ seguida de números de um a sete (P1 a P7), garantindo o anonimato.

Todo material produzido passou por uma leitura exaustiva e detalhada do conteúdo, com a identificação de pontos emergentes, seguido pela codificação e categorização das informações. Por conseguinte, buscou-se selecionar falas com critérios de representatividade e relevância, priorizando trechos que ilustrassem com maior clareza as categorias identificadas e as percepções das participantes em relação ao fenômeno estudado.

Assim, a análise das informações se deu por meio da triangulação dos registros do diário de campo, dos grupos de discussão e do referencial teórico de Afaf Meleis. No contexto da ciência da enfermagem, a Teoria das Transições de Afaf Meleis destaca-se como uma teoria de médio alcance que aborda fenômenos ou conceitos específicos, com aplicabilidade na prática clínica, administrativa ou educacional^{13,14}.

Essa teoria é composta por algumas variantes que se organizam de modo a formar três constructos basilares. Os tipos, padrões e propriedades que se relacionam a natureza das transições, os condicionantes capazes de agir como facilitadores ou inibidores da transição, e os padrões de resposta, que dizem respeito ao modo como os indivíduos respondem às transições, estando incluídos nesse constructo os indicadores de processo e os indicadores de resultado, e são estes que caracterizam uma transição saudável e as intervenções de enfermagem que podem contribuir neste processo¹⁴.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes deste estudo possuíam de quinze a dezenove anos, cujo tempo médio de cumprimento da medida socioeducativa variou entre dez meses a dois anos. Das sete participantes, seis residiam no Estado em que cumprem medida socioeducativa e uma delas é advinda de um Estado vizinho.

A observação participante ocorreu concomitante aos grupos de discussão. Essa estratégia foi importante para criar vínculos com as participantes, construindo um espaço de acolhimento e confiança, pois inicialmente as mesmas estavam bem retraídas. Dessa forma, a imersão das pesquisadoras ocorreu de forma gradual, ressaltando que o contexto estudado possui regras similares a do sistema prisional, mesmo sendo uma instituição de medidas socioeducativas que tem características distintas.

Assim, a observação também permitiu acompanhar e compreender os processos instituídos dentro daquele espaço, bem como os cuidados de saúde ofertados e articulados com a rede de saúde, rede de assistência social, empresas parceiras, inserção no mercado de trabalho e continuidade dos estudos, este último, inclusive, gera autonomia e fortalece o protagonismo daquelas que estão em regime semiaberto, pois as mesmas vão sozinhas para a escola.

A dinâmica utilizada no primeiro grupo de discussão funcionou como uma atividade “quebra-gelo”, sendo desenvolvida por meio de uma roda de apresentação das participantes e das pesquisadoras, onde as reeducandas eram convidadas a falar seu nome, idade e há quanto tempo se encontrava no sistema. Logo após esse momento, foram explicados os objetivos da pesquisa e na sequência a equipe pesquisadora entregou algumas imagens que pudessem representar momentos vivenciados pelas adolescentes, bem como materiais escolares, como canetas, papel, cola e lápis coloridos, para que elas pudessem construir um painel que as representasse ou que demonstrasse o que gostavam de fazer.

O segundo grupo de discussão teve como objetivo discutir sobre o processo de transição das adolescentes de uma vida com liberdade para a vivência dentro do sistema socioeducativo, bem como as perspectivas de futuro pós liberdade. Dessa forma foi desenvolvida uma dinâmica de palavras-chaves, onde as pesquisadoras levaram tarjetas com palavras que pudessem definir sentimentos como, por exemplo: alegria, tristeza, esperança, fé, entre outras palavras.

A dinâmica ocorreu por meio da roda de conversa, e cada adolescente escolheu uma, duas ou quantas palavras quisessem e no momento da roda elas trouxeram o motivo pelo qual escolheu a palavra e qual a associação com as mudanças que a privação de liberdade acarretou na vida de cada uma, as vivências neste processo e as expectativas para o futuro.

Considerando a sua natureza, as transições subdividem-se em quatro tipos: desenvolvimental, situacional, saúde/doença, organizacional. A desenvolvimental envolve fenômenos complexos e dinâmicos relacionados a estágios de crescimento biológico dos indivíduos, ou seja, mudanças que ocorrem ao longo do ciclo da vida (nascimento, adolescência, envelhecimento, morte). Sabe-se que a perda da liberdade e a vivência do jovem infrator em uma instituição pode ser marcada por uma experiência de sofrimento, humilhações, revoltas, fugas entre outros fatores que podem definir um momento de transição¹⁵.

A teoria de Afaf Meleis aborda a transição de vida e papéis sociais. Contempla as mudanças significativas enfrentadas pelos indivíduos e o processo de adaptação em novos contextos. Pode-se perceber isso nas falas das participantes, as quais refletem elementos, como adaptação, engajamento em novas atividades e reavaliação pessoal¹⁶.

Eu também não vou dizer que eu amei esse lugar logo de começo, mas hoje eu posso dizer e agradecer pelas oportunidades [...] eu tenho muito interesse na costura e no artesanato. Eu não sabia que aqui tinha tudo isso, mas hoje eu tento fazer roupinhas. (P1)

Mês que vem faz um ano. Eu aprendi muito sobre estar aqui, sobre conviver com as pessoas, me controlar em falar com elas [...] estou aprendendo a conviver com isso [...] Antes eu reclamava muito, hoje eu nem ousou reclamar com Deus, porque Ele vê o que nós não vemos e Ele escuta o que nós não escutamos. (P4)

No cotidiano podem surgir experiências positivas e o reconhecimento de novos significados atribuídos nesse processo, como por exemplo as novas oportunidades encontradas no sistema, rotinas, alimentação, afastamento de vícios e perigos inerentes ao seu contexto de vida, que muitas vezes não era a realidade vivenciada lá fora¹⁷.

Pode-se afirmar que os processos de adaptação dos indivíduos ao sistema social do cárcere não são plenos e encerram contradições, uma vez que os aprisionados encontram e constroem formas de resistência. Os padrões para a realização dessa transição são múltiplos e se originam do cotidiano do encarceramento. As percepções negativas durante esse período são marcadas pela exclusão e vulnerabilidades a que estão submetidas no sistema, como o afastamento familiar¹⁸.

Todo o processo de privação de liberdade representa um sentimento de dupla punição, externa e interna. A primeira refere-se a própria privação e consequentemente ao cerceamento do direito de liberdade como penalidade pelo ato infracional cometido. Já a segunda se revela pelos sentimentos de culpa, aversão, lamentação e consciência pesada, gerando uma sensação de tristeza e vazio. Em contrapartida, a punição interna pode se desdobrar no desejo de não permanecer no cárcere, ou seja, na mudança de vida e na ressocialização¹⁷.

Nos grupos de discussão foi possível evidenciar a história de cada participante, os motivos que as levaram ao sistema e as razões que fortalecem a vivência de cada uma. A transição do tipo desenvolvimental envolve mudanças que ocorrem ao longo do ciclo de vida, incluindo adaptações e mudanças no estado de saúde e aquelas que ocorrem ao longo do tempo. Abrange um processo de fluxo, movimento e desenvolvimento¹⁹. Nesse âmbito, vale destacar a vivência da maternidade de quatro participantes em privação de liberdade, destas, duas das socioeducandas vivenciaram a gestação e o pós-parto na unidade de internação.

A vivência da maternidade ainda na adolescência pode ocorrer por meio de diversas situações, a exemplo da falta de orientação, base familiar e falta de diálogo, convívio social, falta de acesso à saúde, vulnerabilidade social, dentre outros fatores que perpassam esse contexto²⁰. A gestação na adolescência acarreta várias transformações físicas, psicológicas e sociais. Durante essa fase da vida, o corpo humano da menina ainda está em desenvolvimento, sobretudo dos órgãos sexuais e reprodutores, que estão amadurecendo para ter condições de reproduzir sem riscos ao binômio mãe-bebê. Devido a essas mudanças, a gestação na adolescência pode desencadear problemas sociais e familiares desastrosos²¹.

De acordo com a Constituição Federal, as mulheres privadas de liberdade no Brasil têm o direito de permanecer com os filhos no período de aleitamento materno, ou seja, por seis meses. O ECA reforça as seguintes condutas:

“A assistência referida no §4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade.”^{3:15}

“Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.”^{3:15-16}

No que diz respeito à permanência da criança no sistema prisional, as leis que regem esse sistema asseguram o cuidado da criança durante esse período, reforçando o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, e convivência familiar e comunitária das crianças que vivenciam o cárcere com sua genitora²².

Na verdade, eu cheguei aqui buchuda [...] Ele tinha dado dinheiro para comprar meu remédio para evitar. Só porque assim a fome falou mais alto. Fui comprar açaí e lanche, não é? Mas fui comprar lanche, agora apareceu minha barriga. Mas eu estou feliz em estar grávida, porque eu tenho certeza que depois que eu tiver, eu vou mudar muito a minha mentalidade. E eu quero dar todo amor que eu nunca tive [...] Eu sempre fui rejeitada, não é? Só de saber que é meu e que eu vou cuidar do meu jeito. (P1)

Eu sou uma pessoa cheia de sonhos para realizar, de metas e de dar o meu filho o que eu nunca tive [...] Ele veio para cá comigo. Aí ficou até quatro meses porque adoeceu, pegou tuberculose, passou quatro meses no HGE. E aí, no dia 13 de dezembro ele foi embora. Aí ele foi ficar com minha mãe e meu esposo. (P2)

Tive depressão pós parto, aí a mãe dele [avó paterna] começou a ficar em cima de mim toda semana, para passar a guarda do meu filho para o nome dela, até que eu não aguentei e passei, mas foi no meu momento fraco, quando eu sair daqui vou pegar ele. (P4)

A experiência da maternidade no contexto do sistema prisional tem proporções diferentes daquelas que vivenciam em liberdade, seja quanto ao acesso à saúde, convívio familiar, rupturas de vínculos dentre outros fatores que podem

ser caracterizados como pontos críticos durante essa fase²³. Assim, a vivência da gestação e do pós-parto na condição de privação de liberdade tem caráter formativo. Essa experiência representa um paradoxo, de um lado a ruptura e do outro a delicadeza de ser mãe, onde essas mulheres passam pelo sofrimento da separação de seu filho, ocorrendo a sobreposição da penalidade imposta por seu ato infracional²⁴.

Desse modo, vivenciar a maternidade ainda na instituição apresentou a essas mulheres outras perspectivas de vida e escolhas. Trazendo um sentimento ambíguo de esperança, cuidado, restauração de vínculos e medo.

No começo eu tinha perdido um pouco do vínculo com meu filho, aí depois Deus me abençoou e eu consegui conquistar ele, mas ele sempre soube que eu era a mãe dele, só que ele estava muito apegado à minha mãe e graças a Deus agora ele sempre quer estar comigo [...] Só fiquei muito triste porque o meu filho teve que passar o período dele aqui, que não foi ele que errou, foi eu. (P2)

Estou feliz por meu filho estar bem, que correu tudo bem na hora do parto [...] Estou feliz pois o pai do meu filho registrou o meu filho. Eu não gostei na hora que eu tive ele, ele nem chorou e estava com dificuldade de respirar. Eu fiquei com medo, balancei a cabeça. O meu amor por ele vai aumentando cada minuto, cada dia por aí. Eu quero fazer de tudo por ele. Quero não que ele passe o que eu passei. Ele é meu bruguêzinho da mamãe. (P1)

Eu vou falar a palavra que eu escolhi. Saudade. Só isso. Dos meus filhos. Esperança e liberdade! Liberdade é o que eu mais quero. (P6)

A angústia e o sentimento de culpabilização por não poder acompanhar e intervir de forma mais próxima no desenvolvimento dos filhos²⁵, se torna uma fala marcante em praticamente todos os encontros para realização deste estudo. Desse modo, voltar a liberdade e ter aproximação com os filhos é um dos objetivos a serem alcançados nas falas das entrevistadas. O sofrimento decorrente da ausência dos filhos está dividido em dois momentos que dialogam, o primeiro em decorrência da separação da criança logo após o período dos seis meses de amamentação e o segundo em casos de visitas com hora marcadas, sendo separadas em cada término das visitas ou retorno à instituição quando as mães estão em regime semi-aberto²⁶.

Ainda no contexto das transições desenvolvimentais, vale destacar a história de P7, uma adolescente e mulher transexual que estava no sistema há dez meses. Convém mencionar que todos os adolescentes ao adentrarem no sistema passam por uma avaliação inicial e logo após são direcionados para as demais unidades. P7 conta que vivenciou grande parte desse processo em uma unidade masculina e em suas falas retrata essa experiência.

No começo achei que ninguém ia mexer comigo, tinham preconceito, os meninos, eles não falavam comigo. Assim que eu entrei na unidade, porque assim que eu entrei na unidade já viram logo como eu era. Aí falaram: olha ele é gay, ninguém falava comigo. Foi muito difícil, eles poderiam até me agredir, os meninos lá são muito travessos, eu sempre dizia a equipe técnica e eu ficava muito na UBS e pedia muito pra vir para cá [para a unidade feminina], pois eu sabia que poderia ser agredida e não ia ser abraçada lá. Lá são muitos meninos, e os agentes não podem controlar, são poucos agentes, aí podiam voar em cima de mim e fazer algo contra mim. Mas a maioria desse tempo eu fiquei na UBS, para não ficar na unidade eu me cortava, cortava meus braços, para ir para UBS. (P7)

A vivência relatada provoca uma reflexão acerca dos direitos e das políticas públicas voltadas a esse contexto e que permeiam o sistema socioeducativo. O percurso histórico para a garantia dos direitos humanos no Brasil foi resultado de diversas lutas e debates políticos que pudessem enfatizar as questões de raça, sexualidade, gênero e de grupos que são alvos de práticas preconceituosas. Nesse contexto, os assuntos relacionados ao gênero no Brasil se estabeleceram na década de 1980, durante o processo de redemocratização e no auge da atuação dos movimentos sociais²⁷.

Ainda nos anos 1980 foram criadas as primeiras instituições dentro deste espectro de atuação, como a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985 no estado de São Paulo. Nesse mesmo ano foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher por meio do Ministério da Justiça para integrar pautas de gênero na área da Saúde²⁸.

Atualmente no Brasil as políticas transversais vem sendo evidenciadas pelo atual governo e vale destacar o Plano de Equidade de Gênero e Raça de 2024 a 2025, que tem como objetivo implementar ações que visem a promoção da diversidade e os desafios nesse processo²⁹. Todavia, poucos estudos mostram a efetivação dessas políticas transversais dentro do sistema socioeducativo principalmente no adentrar do jovem infrator no sistema. Como no caso da experiência relatada nesta categoria que impactou de forma negativa a trajetória de uma mulher transexual que vivenciou um processo doloroso em uma unidade masculina.

Atrelando a teoria de Meleis no que se refere aos indicadores de processo, essa vivência reflete na saúde e bem estar, riscos e vulnerabilidade do indivíduo no processo de transição. A ida da adolescente para a UIF reflete nos indicadores de resultado propostos pela teoria no sentido de desenvolver confiança e novas perspectivas para uma transição saudável¹⁴.

À guisa de concluir, cabe ressaltar que as transições não são vivenciadas da mesma forma mesmo em circunstâncias semelhantes. No caso das adolescentes em privação de liberdade que participaram do presente estudo, a ruptura entre o estado de liberdade e a aparição de uma nova condição [privação de liberdade], pode levar à consciencialização das mudanças que já aconteceram e aquelas que ainda irão acontecer. Portanto, a consciencialização é uma propriedade relevante para que a transição ocorra de maneira mais saudável. Todavia, as experiências são subjetivas e cada adolescente possui um tempo variável para passar pela transição e/ou perceber como está sendo afetada por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar e compreender as vivências em privação de liberdade por adolescentes e as transições nesse processo, cujo objetivo foi discutir a complexidade dessas transições à luz do referencial teórico de Afaf Meleis, a partir da identificação de um modo específico de transição que se dá pelo tipo desenvolvimental.

As pesquisas científicas que têm adotado a teoria das transições como referencial teórico demonstram assumir como legítimo um dos principais apontamentos colocados por Meleis, qual seja: a transição é uma área de atenção dos enfermeiros quando interfere com a saúde ou quando a resposta à transição é mediada por comportamentos que se relacionam com a saúde.

Outro fator que pode ser percebido ao visualizar a produção científica com a teoria aqui trabalhada é o de debruçar-se sobre a discussão/reflexão da atuação do enfermeiro nos processos de transição, refletindo, portanto, sobre a importância de um suporte teórico que embase esse profissional tanto na realização de pesquisas como na prática do cuidado de enfermagem.

REFERÊNCIAS

1. Meijerink HJ. Transição: a mudança do velho para o novo - o que isso faz com você [Site de Internet]. Holambra: Centro Para Liderança Horizontal; 2011 [cited 2024 Feb 15]. p. 1-6. Available from: https://febrapdp.org.br/download/publicacoes/Mudancas_e_Transicoes.pdf.
2. Müller E. O conceito de transição no curso da vida contemporâneo. RF.2014 [cited 2024 Feb 15]; 1(3):e29995. Available from: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29995>.
3. Ministério da Saúde (Br). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 1990 [cited 2024 Feb 20]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
4. Leme VBR, Fernandes LM, Jovarini NV, Falcão AO, Moraes GA. Percepções de jovens sobre a transição para a vida adulta e as relações familiares. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. 2016 [cited 2024 Feb 20]; 9(2):182-94. Available from: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000200003.
5. Coutinho MPL, Estevam ID, Araújo LF, Araújo LS. Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. Psicol. Estud. 2011 [cited 2024 Feb 20]; 16(1):101-9. Available from: <https://www.scielo.br/j/pe/a/5Q6FNm8J7TtVff99GhxKZs>.
6. Ministério da Saúde (Br). Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2010 [cited 2024 Feb 21]. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf.
7. Fonseca PN. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. Rev Psicopedagogia. 2017 [cited 2023 Dec 08]; 34(105):285-96. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&lng=pt.
8. Gomes M, Silva J, Santos M. A privação de liberdade e seus impactos no desenvolvimento de adolescentes: reflexões sobre a internação. Rev Bras Ter Comport Cogn. 2017 [cited 2024 Feb 21]; 3(3):189-202. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000100005>.
9. Alves SAA, Silva KN, Machado MFAS, Cavalcante EGR, Albuquerque GA, Bezerra IMP, Lopes MSV. Digital booklet on sustainable practices for promoting adolescent health. Ciênc. saúde coletiva. 2023 [cited 2024 Feb 21]; 28(8):2215-26. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.07222023>.
10. Santos, JLR, Aguiar RS. Cuidado de enfermagem aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Cereus. 2020 [cited 2024 Feb 21]; 12(1):184-92. Available from: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/2992>.
11. Marietto ML. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. Rev. Ibero-Am. de Est. 2018 [cited 2024 Feb 21]; 17(4):5-18. DOI: <https://doi.org/10.5585/riae.v17i4.2717>.
12. Godoi CK. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. Rev. adm. Empresa. 2015 [cited 2024 Feb 22]; 55:632-44. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150603>.
13. Guimarães MS, Silva LR. Conhecendo a Teoria das Transições e sua aplicabilidade para enfermagem. Jornal de Dados PPGENFIBIO. 2016 [cited 2024 Feb 21]; 1-6. Available from: <https://journaldedados.files.wordpress.com/2016/10/conhecendo-a-teoria-das-transic3a7c3b5es-e-sua-aplicabilidade.pdf>.
14. Meleis AI. Transitions Theory: middle rangeand situation specific the oriesin nursing research and practice. NewYork: Springer; 2010.
15. Oliveira MCSLD, Vieira AOM. Narratives about the deprivation of freedom and the development of the adolescent self. Educ. Pesq. 2006 [cited 2024 Feb 25]; 32:67-83. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000100005>.

16. Lima CFM, Santos JLG, Magalhães ALP, Caldas CP, Erdmann AL, Santos I. Integrating Transitions Theory and Grounded Theory for nursing research and care. *Rev. enferm. UERJ*. 2016 [cited 2023 Dec 08]; 24(5):e19870. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.19870>.
17. Caçador BS, Silva LVC, Batista GC, Garcia MA, Resende MAS, Nogueira AP, et al. Viver privado de liberdade e implicações na produção de cuidado percebido por indivíduos no cárcere: estudo fenomenológico. *Rev. Pesq. Qual.* 2024 [cited 2024 Feb 25]; 12(29):78-94. Available from: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/615>.
18. Onofre EMC. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. *Cad. CEDES*. 2015 [cited 2024 Feb 25]; 35:239-55. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>.
19. Meleis AI, Sawyer LM, Im EO, Hilfinger Messias DK, Schim SM. Experiencing transitions: an emerging middle-range theory. *Adv Nurs Sci*. 2007 [cited 2023 Dec 08]; 30(2):142-56. DOI: <https://doi.org/10.1097/00012272-200009000-00006>.
20. Kudłowiez S. Gravidez na Adolescência e Construção de um Projeto de Vida. *Psico*. 2014 [cited 2024 Mar 01]; 45(2):228-38. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.14282>.
21. Rodrigues LS, Silva MVO, Gomes MAV. Gravidez na adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola. *Psico*. 2019 [cited 2024 Mar 01]. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.14282>.
22. Ministério da Saúde (Br). Resolução n. 210 de 5 de junho de 2018. Dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade. Brasília: Diário Oficial da União; 2018 [cited 2024 Mar 01]. Available from: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/conanda-publica-resolucao-sobre-garantia-dos-direitos-de-criancas-com-maes-privadas-de-liberdade>.
23. Veríssimo L, Miranda FAN, Costa GMC. Motherhood experience for prisoners. *Rev. Eletr. Enf.* 2015 [cited 2024 Mar 01]; 17(2):360-9. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v17i2.29784>.
24. Medeiros ABD, Silva GWDS, Lopes TRG, Carvalho JBLD, Caravaca-Morera JA, Miranda FAND. Re Social representations of motherhood for women deprived of liberty in the female prison system. *Ciênc. Saude Coletiva*. 2022 [cited 2024 Mar 07]; 27:4541-51. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022712.11522022>.
25. Ormeño GR, Maia JMD, Williams LCDA. Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. *RPCA*. 2013 [cited 2024 Mar 10]; 4(2):141-61. DOI: <https://doi.org/10.34628/cev1-3344>.
26. Flores N, Portugal M, Smeha LN. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis*. 2019 [cited 2024 Mar 10]; 28:e280420. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280420>.
27. Correia SC. Problemas de gênero e sexualidade vivenciados por adolescentes e jovens em situação de privação de liberdade [Dissertação de Mestrado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2021 [cited 2024 Mar 10]. Available from: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33316>.
28. Cirilo ARO, Mesquita RF. Revisão panorâmica da análise das políticas públicas de gênero no Brasil (2016-2020). *O Social em Questão*. 2021 [cited 2024 Mar 12]; 4(52):107-30. Available from: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552269635006/html>.
29. Ministério da Justiça (Br). Senado Federal. Plano de Equidade de Gênero e raça: 2024 a 2025. Brasília: Ministério da Justiça; 2024 [cited 2024 May 01]. Available from: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/647324>.

Contribuições dos autores

Concepção, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; metodologia, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; análise formal, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; investigação, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; redação – original preparação de rascunhos, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; redação – revisão e edição, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; visualização, C.A.O.A, L.M.C.C, J.M.O.S, H.W.A.T, A.F.S.L, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; supervisão, L.M.C.C, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S.; administração do projeto, L.M.C.C, I.M.L.L., TM.M.M. e M.O.S. Todos os autores realizaram a leitura e concordaram com a versão publicada do manuscrito.